



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0012219-40.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Sustação de Protesto**  
Requerente: **DANIELA MARTINS FERNANDES**  
Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DECIDO.**

Discute-se nos autos sobre a existência – ou não – de dívida em desfavor da autora, cuja quitação ela sustenta ter ocorrido.

A relação entre as partes é atinte ao contrato de fornecimento de energia elétrica no imóvel da autora.

Segundo a autora a fatura relativa ao mês de setembro de 2016, foi levada a protesto pela ré, mas todavia, o protesto é descabido tendo em vista que ela logrou em pagar integralmente aquele valor.

Postula, assim, a declaração da inexigibilidade do débito e o recebimento de indenização por danos morais.

Não assiste razão à autora, porém.

Isso porque ela para comprovar sua versão ofereceu o documento de fl. 05, mas ele não permite convicção segura de que efetivamente o pagamento se



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

concretizou.

É preciso notar a propósito que o documento apresentado é "comprovante de agendamento" e nada de concreto indica que ele se efetivou.

A ré a seu turno asseverou que a dívida permanece ativa, razão pela qual não foi gerada anuência.

Diante desse panorama, a autora foi instada a manifestar se dispunha de outros elementos para demonstrar que o documento de fl. 05 se concretizou no pagamento daquela do débito tratado nos autos, mas permaneceu silente (fl. 65).

O panorama traçado conduz à improcedência da ação, à míngua de comprovação bastante de que sucedeu o pagamento invocado pela autora.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 06 de abril de 2017.

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
--